



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO “RINCÃO DA CRUZ”

LEI MUNICIPAL Nº. 4.413, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá nova redação aos artigos 3º, 10, 11, 12 e 13, da Lei Municipal Nº 3.259, de 07 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano.

O Vereador CLOVIS ANTONIO RAVAROTTO CORREA, Presidente da Câmara de Vereadores de Itaqui, no uso de suas atribuições, nos termos do § 6º. do Art. 45 da Lei Orgânica, promulga a seguinte

L E I

Art. 1º O artigo 3º, da Lei Municipal Nº 3.259, passa ter a seguinte redação:

“Art. 3º A concessão do serviço de transporte coletivo urbano será precedido de decreto que justifique a conveniência da concessão e de processo licitatório;

§ 1º A Empresa vencedora do Certame, que venha ser contratada, será remunerada, pelo Município, com base nos quilômetros rodados;

§ 2º O ato administrativo de justificação, de que trata o caput, deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município e, necessariamente, conterá a descrição do objeto, o prazo da concessão e a justificativa da necessidade de exclusividade, por razões de ordem técnica ou econômica, se for o caso.”

Art. 2º O artigo 10, da Lei Municipal Nº 3.259, passa ter a seguinte redação:

“Art. 10. Fica instituída a Tarifa Social que beneficiará todos os usuários do Transporte Coletivo Urbano;

§ 1º O valor da Tarifa social será fixada por Decreto do Poder Executivo e será de valor não inferior a 59% (cinquenta e nove por cento) e não superior ao percentual de 80 % (trinta por cento) do custo real da tarifa;

§ 2º Para os estudantes e munícipes de baixa renda, o valor da tarifa social não será superior ao percentual de 30% (trinta por cento) do custo real da tarifa, sendo necessária a comprovação em ambos os casos (comprovação de baixa renda e/ou cadastro em programa social nos casos de baixa renda e carteira estudantil nos casos de estudantes);

§ 3º Os bilhetes da Tarifa social serão comercializados pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública;

§ 4º Os idosos, maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, o menor de até 06 (seis) anos de idade e os deficientes, utilizarão gratuitamente os serviços de Transporte Coletivo Urbano;

§ 5º Todos os usuários do Transporte Coletivo Urbano terão passe livre no dia 15 (quinze) de cada mês, no entanto, caso o dia 15 (quinze) seja domingo ou feriado, o passe livre passará para o primeiro dia útil seguinte.

§ 6º Anualmente, serão feitos estudos técnicos para atualizar o valor real da tarifa, a qual servirá como base para fixar e reajustar o valor da Tarifa Social.”

Art. 3º O artigo 11, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

"Art. 11. A tarifa real compreende o rateio do custo total do serviço entre os usuários pagantes e será calculada com base no número de passageiros transportados, na quilometragem percorrida e no custo quilométrico.

§ 1º O custo quilométrico corresponde ao somatório dos custos variáveis e custos fixos, a seguir discriminados:

I – Custos variáveis:

- a) Combustível;*
- b) Lubrificantes;*
- c) Rodagem;*
- d) Peças e acessórios.*

II – Custos fixos:

- a) custo de capital (depreciação e remuneração);*
- b) despesas com pessoal;*
- c) despesas administrativas.*

§ 2º O custo total do serviço será composto pelo custo quilométrico acrescido dos tributos e encargos cobrados pelo Município."

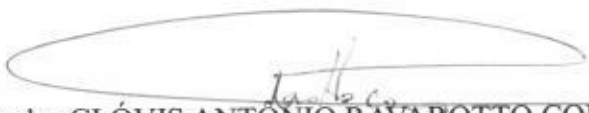
Art. 4º O artigo 12, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12. - O valor da tarifa social, a ser fixado por decreto do Poder Executivo, será revisado anualmente com base nos estudos que definir o valor da tarifa real."

Art. 5º O artigo 13, da Lei Municipal Nº 3.259, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13. Qualquer modificação no preço das passagens passará a vigorar, após a publicação do Decreto Municipal que o fixou, com antecedência mínima de 10 (dez) dias."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Vereador CLÓVIS ANTÔNIO RAVAROTTO CORREA.
Presidente.

Publicação:

Período: 01 /11 /2019 à 01 /12/ 2019.

Local: Murais da Câmara (Lei nº. 4.145/2015)